

Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros)



Fotos: Acervo da experiência



...BICA? É
...ANS? É TRAVE
É CIS? É BI?

**Venha conversar sobre
saúde sexual!**

07/02/2017
14h
Biblioteca Comunitária do Calabar

'Unidade de Saúde da Família do Ce'
Abade (Enfermeiro e Mestre er
a Comunitária do Calabar



Experiência em Salvador mostra como tornar o SUS mais sensível às questões de saúde da população LGBT

Como transformar as práticas de profissionais de saúde e garantir a integralidade da atenção à saúde da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), de forma livre e sem preconceitos? Em Salvador, o projeto “Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT” tem apontado um caminho que pode ser trilhado por outros municípios brasileiros. A iniciativa desenvolvida pela Atenção Primária à Saúde (APS), por meio do Campo Temático Saúde da População LGBT (CTLGBT) da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador (SMS/Salvador), se apoia na Educação Permanente como estratégia prioritária para garantir um atendimento qualificado e sem discriminação na Atenção Primária à Saúde do município.

As ações fazem parte de uma agenda integrada da Secretaria Municipal de Saúde, que acontece em 15 Unidades Básicas de Saúde (UBS), com e sem a Estratégia de Saúde da Família, distribuídas em 12 Distritos Sanitários de Salvador, envolvendo todo o conjunto de trabalhadores(as) – da portaria à recepção, passando por médicos(as), enfermeiros(as) e demais profissionais dessas unidades de saúde. O intuito é responder a demandas de uma população que sofre com agressões em diversas esferas da vida, como família e sociedade, vivenciando situações de estigma e exclusão social, violação dos direitos e práticas de saúde discriminatórias, que muitas vezes tornam invisíveis as necessidades da população LGBT dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse foi o cenário identificado pelo diagnóstico inicial das unidades de saúde da Atenção Primária feito em 2014: importan-

tes barreiras de acesso ao cuidado, tanto por questões discriminatórias, quanto pela falta de conhecimento e qualificação para tratar temas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. “Nós tínhamos serviços de saúde organizados para a pessoa heterossexual e cisgênera. A pessoa não-heterossexual, transgênera, estava de algum modo excluída dos processos de cuidado da própria unidade de saúde. Além disso, a gente tinha um cenário em que essa população só acessava a rede SUS pelos ambulatórios especializados em HIV ou pelas redes de urgência e emergência, no caso da violência física (porque as outras violências nem eram percebidas)”, relembra Erik Abade, enfermeiro de uma unidade de Saúde da Família em Salvador (BA) e colaborador do CTLGBT/Secretaria Municipal de Salvador.

O planejamento foi elaborado, desde o início, com a participação ativa de movimentos sociais e está distribuído em três dimensões: acesso aos serviços, organização da atenção à saúde, e promoção e vigilância à saúde. Priorizando as ações nos ter-



Erik Abade, enfermeiro e colaborador do CTLGBT/Secretaria Municipal de Salvador

ritórios, a primeira etapa contemplou um conjunto de ações de Educação Permanente, como discussão sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, rodas de conversa e debates sobre diversidade sexual e de gênero enquanto determinantes sociais em saúde. Uma segunda etapa se debruçou sobre o uso do nome social por pessoas trans e acolhimento, com a sensibilização da comunidade e a escolha de profissionais de referência em cada unidade de saúde para iniciar o processo de atenção qualificada, em que foram discutidas especificidades como, por exemplo, atenção ginecológica para lésbicas, homens trans e mulheres transexuais redesignadas, e abordagem da violência motivada por homo/lesbo/bi/transfobia. A terceira etapa contempla a organização da rede e, por fim, a quarta etapa contempla a certificação das unidades como “Unidades Básicas Amigas da Saúde LGBT”.

Por um SUS sem LGBTfobia

O movimento, que começou tímido e enfrentou resistências, foi ganhando adesão e acumulando resultados positivos, entre eles a discussão de portarias e revisão dos conceitos, a adoção do nome social nas unidades de saúde e a inclusão da política LGBT no cotidiano do trabalho, com a quebra de resistência dos(as) profissionais para abordar aspectos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero fora de uma lógica patologizante ou moral.

Coordenador do Ambulatório para Travestis e Transexuais do Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP/SESAB), Ailton Santos conta que as ações têm repercutido na atitude e no comportamento dos(as) profissionais, no acesso,

acolhimento e atendimento das pessoas LGBT na rede de Atenção Primária à Saúde: “É indispensável que profissionais de saúde da rede de Atenção Básica estejam capacitados a lidar com identidade de gênero e orientação sexual como marcadores que devem referenciar sua prática, na observação do estilo de vida, dos corpos e de como o preconceito e a estigmatização também são considerados determinantes e condicionantes de saúde, doença e cuidado pelo Ministério da Saúde. Isso aparece forte no cotidiano, nas desinformações que muitos profissionais têm sobre a vida sexual de lésbicas, gays, homens trans, mulheres trans e travestis”.

Todo o percurso da experiência é marcado por perspectivas inovadoras: desde a temática, que traz à tona uma população historicamente excluída e marginalizada das questões de saúde; passando pela estratégia de abordagem das equipes e unidades, e não do profissional individualmente, como forma de diminuir as resistências pessoais; até a certificação das unidades de saúde, a partir de critérios como acolhimento e práticas, que traz para o âmbito concreto dimensões que muitas vezes estão envoltas em subjetividade. Tudo isso é feito levando em conta também as diversidades racial e religiosa, consideradas importantes marcadores que atingem a população LGBT, principalmente negros, pobres e praticantes do candomblé. Assim, temas como racismo institucional, transfobia e feminicídio são trabalhados de forma interligada.

“O projeto é muito importante no intuito de compreender que até o momento o SUS é cis-heteronormativo. É um sistema de saúde pensado e formado até então unicamente para as pessoas cisgêneros e não transgêneros, e essas pessoas cisgêneros também heterossexuais. É muito forte nossa cultu-

ra organizacional nacional, regional e local de entender todo e qualquer homem como heterossexual, de entender toda e qualquer mulher como heterossexual e não aceitar as pessoas transgêneros como possibilidade de diversidade de gênero e de vida humana. [...] Ter no município de Salvador essas unidades referenciadas pela sua experiência inovadora em formação em direitos humanos LGBT fez com que essas pessoas saíssem de um gueto estabilizado e pudessem ter direito a esse cuidado do SUS”, avalia Ailton.

“Nós brincamos que não basta ser um SUS universal, tem que ser um SUS universal e sem LGBTfobia, sem racismo e sem machismo. Entendemos que não há como construir um SUS forte, fortalecê-lo e expandi-lo, sem incluir todos os indivíduos e sem que todas as necessidades sejam reconhecidas e façam parte desse cuidado em saúde. Isso diz respeito à integralidade, à universalidade, à equidade. Um outro ponto é fortalecer a própria rede de atenção primária do município porque quando trazemos essa discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero da população LGBT, também estamos lidando com outras questões de sexualidade e de gênero que perpassam todas as ações do SUS - saúde da mulher, saúde do homem, saúde do idoso, a gente tem idoso LGBT, tem a criança que está pensando sobre questões de sexualidade. Quando o profissional se abre para essa discussão, começa a perceber outras possibilidades de ser e de existir além daquelas que ele considera correta ou como norma, mais do que contribuir com o acesso da população LGBT, a gente contribui para operar a atenção primária de um outro modo, com um recorte de fato que possa atingir as pessoas porque considera elas como elas são. As categorias de gênero, sexualidade, raça/etnia estão presentes em nossas vidas e nos explicam”.

Erik Abade, enfermeiro de uma unidade de Saúde da Família em Salvador (BA) e colaborador do CTLGBT/Secretaria Municipal de Salvador.



Quer saber mais?

Instituição promotora: Secretaria Municipal de Saúde de Salvador

E-mails para contato:

atencaoprimariaasaude.salvador@gmail.com | saudelgbt@gmail.com

Confira vídeo da apresentação da experiência no Seminário do Laboratório de Inovação em Educação na Saúde, realizado entre os dias 6 e 8 de março de 2018, em Brasília (DF).